

ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA PARA QUANDO SÓ RESTA A RUA **Ensaio cartográfico sobre a cidade de Londrina vivida pela população de rua**

Survival strategies for when only the street remains

Cartographic essay about how the homeless population experience the city of Londrina

Estrategias de supervivencia para cuando solo quede la calle

Ensayo cartográfico sobre la ciudad de Londrina vivida por la población sin hogar

ACHETE, Janaina. Programa Associado de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual de Londrina e Universidade Estadual de Maringá
VEIGA, Léia. Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Maringá
SUGUIHIRO, Vera. Programa Associado de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual de Londrina e Universidade Estadual de Maringá

RESUMO

As cidades brasileiras refletem a sociedade desigual e excludente historicamente produzida. Com o avanço da urbanização e a falta de políticas sociais públicas focadas verdadeiramente na distribuição de renda e equidade social, observamos um aumento exponencial de pessoas vivendo em situação de rua nas grandes e médias cidades. Essa população vive em condições extremamente miseráveis e como forma de sobrevivência criam estratégias para suprir suas necessidades mínimas. Desta forma, as atividades de foro íntimo passam a ser realizadas no espaço público e a cidade é remodelada para dar suporte a estas vidas precarizadas. Esta cidade produzida pela pobreza é indesejada pela formalidade que frequentemente faz uso de instrumentos para escondê-la, invisibilizá-la e suprimi-la. Este trabalho buscou cartografar como é um recorte representativo dessa cidade invisível de Londrina vivida pela população em situação de rua.

Palavras-chave: segregação urbana; pessoa em situação de rua; cidade invisível; direito à cidade.

Linha de Investigação

B2_Os Desafios da Cidade e do Território no Século XXI: B2.2_Desigualdades urbanas e segregação socioespacial

ABSTRACT

Brazilian cities reflect the unequal and excluding society historically produced. With the advance of urbanization and the lack of public social policies truly focused on income distribution and social equity, we observe an exponential increase of people living on the streets of large and medium-sized cities. This population lives in extremely miserable conditions and, as a form of survival, they create strategies to satisfy their minimum needs. Thus, intimate activities are performed in the public space and the city is reshaped to support these precarious lives. This city produced by poverty is unwanted by formality, which often makes use of instruments to hide, invisibilise and suppress it. This paper investigates and maps a representative section of this invisible city experienced by the homeless population.

Keywords: urban segregation; homeless people; invisible city; right to the city.

Linha de Investigação

B2_The Challenges of the City and the Territory in the XXI Century – B2.2_Urban Inequality and Socio-Spatial Segregation;

RESUMEN

Las ciudades brasileñas reflejan la sociedad desigual y excluyente que se ha producido históricamente. Con el avance de la urbanización y la falta de políticas sociales públicas realmente centradas en la distribución de la renta y la equidad social, observamos un aumento exponencial de las personas que viven en la calle en las grandes y medianas ciudades. Esta población vive en condiciones extremadamente miserables y como forma de supervivencia crea estrategias para satisfacer sus necesidades mínimas. Así, las actividades íntimas se realizan en el espacio público y la ciudad se remodela para apoyar estas vidas precarias. Esta ciudad producida por la pobreza no es deseada por la formalidad, que a menudo se sirve de instrumentos para ocultarla, invisibilizarla y reprimirla. Este documento investiga y cartografía una sección representativa de esta ciudad invisible que vive la población sin hogar.

Palabras clave: segregación urbana; persona en situación de calle; ciudad invisible; derecho a la ciudad.

Linha de Investigação

B2_Los Retos de la Ciudad y el Territorio en el Siglo XXI – B2.2_Desigualdad Urbana y Segregación Socio-espacial;

1. Introdução

A cidade, em particular num contexto capitalista de produção, é parte fundamental no processo de (re)produção da estrutura social sendo o lócus da (re)produção da sociedade capitalista, ou seja, a cidade é um produto bem como uma condição e um meio de reprodução da própria sociedade.

Esse entendimento vai ao encontro das discussões realizadas por Carlos (2001), que baseada nas formulações de Lefebvre, concebe o espaço urbano como “[...] condição, meio e produto da realização da sociedade humana em toda a sua multiplicidade” (Carlos, 2001, p. 11).

A cidade, enquanto uma materialidade do urbano, sendo este último um processo no qual as abordagens e pontos de vistas atingem uma complexidade maior (Lencioni, 2008)-, é entendida por Carlos (2001) como representação do “[...] trabalho materializado; ao mesmo tempo em que representa uma determinada forma do processo de produção e reprodução de um sistema específico, portanto, a cidade é também uma forma de apropriação do espaço produzido”.

Ainda segundo a autora, é a “[...] materialização de relações da história dos homens, normatizadas por ideologias; é forma de pensar, sentir, consumir, é modo de vida, de uma vida contraditória” (Carlos, 2001, p. 26-27).

Para Corrêa (1989), o espaço urbano pode ser entendido como reflexo e condição de uma determinada sociedade, mediada pelas condições técnicas de determinada época histórica. Nas palavras do autor, o espaço urbano é “[...] fragmentado, articulado, reflexo e condicionante social, um conjunto de símbolos e campo de lutas [...]” (Corrêa, 1989, p. 9).

A cidade é fragmentada na medida em que apresenta no seu interior uma diversidade de usos. Usos estes que são articulados por fluxos diversos (de pessoas, de informações, de capitais, de mercadorias, etc.). Além disso, é importante destacar que é reflexo e condicionante social pelo fato dessa diferenciação do uso do solo estar intimamente relacionada aos interesses de diferentes segmentos que compõem a sociedade, sendo, portanto, um resultado das relações capitalistas estabelecidas, um reflexo social e desigual.

Carlos (2001) corrobora com o autor supracitado, ao afirmar que a cidade é campo de lutas, pois como “[...] os interesses e as necessidades dos indivíduos são contraditórios, a ocupação do espaço não se fará sem contradição e, portanto sem luta” (Carlos, 2001, p.42).

A cidade é assim, um produto histórico e social (Corrêa, 1989; Carlos, 2001). E, tendo por base Santos (1997), é importante destacar que se trata de um espaço que “[...] constitui uma realidade objetiva, um produto social em permanente processo de transformação”. É nesse sentido, a sociedade “[...] só pode ser definida através do espaço, já que o espaço é o resultado da produção, uma decorrência de sua história - mais precisamente, da história dos processos produtivos impostos ao espaço pela sociedade”. (Santos, 1997, p. 49).

Sendo uma construção social, a produção e reprodução do espaço urbano, segundo Corrêa (2011), não se dá a partir da ação da mão invisível do mercado ou de um Estado hegeliano ou em virtude de uma capital abstrato que não se faz presente nas relações sociais. Conforme o autor, a produção do espaço, “[...] é consequência da ação de agentes sociais concretos, históricos, dotados de interesses, estratégias e práticas espaciais próprias, portadores de contradições e geradores de conflitos entre eles mesmos e com os outros segmentos da sociedade” (Corrêa, 1995, p. 43).

Segundo Corrêa (1995), o espaço urbano é produzido, modelado, modificado, caracterizado pelos agentes ou atores sociais pertencentes a esta configuração ou nova dinâmica espacial que o mundo se encontra atualmente.

Tais agentes estão em cada parte do espaço e são responsáveis por organizar e reorganizar a cidade a partir de ‘práticas espaciais’, ou seja, a partir de “[...] um conjunto de ações espacialmente localizadas que impactam

diretamente sobre o espaço, alterando-o no todo ou em parte ou preservando-o em suas formas e interações espaciais". (Corrêa, 1995, p. 43).

Dentre os agentes discutidos por Corrêa (1989; 1995), chama-se a atenção nessa pesquisa para os grupos excluídos, em particular aqueles que se encontram nas ruas, denominados aqui de pessoas em situação de rua (psr) e para o Estado, que na figura do poder público municipal tem atuado como forte agente produtor de uma cidade que invisibiliza a população de rua.

Em 2020, antes mesmo da crise estabelecida pela pandemia por Covid-19, o Instituto de Pesquisa de Pesquisa Econômica Aplicada/IPEA já estimava que cerca de 220 mil pessoas estariam vivendo em situação de rua no Brasil (Natalino, 2020). Essa imensa população vulnerabilizada e subestimada está presente em grande parte dos grandes e médios centros urbanos brasileiros, vivendo às margens da urbanidade e tratados pelo sistema como um mal necessário. Mesmo sendo uma realidade que a "cidade não quer", é a existência dessa massa miserável que, somada aos altos índices de desempregados (potencialmente candidatos a tornarem-se situação de rua) compõem esse grande 'exército de reserva' (Marx, 1989) que sustenta a política dos baixos salários e redução sistemática de direitos trabalhistas. A riqueza das frações dominantes é condicionada a um grande volume de pessoas pauperizadas condenadas à marginalidade servindo como pressão sobre a classe trabalhadora (Gohn, 2008, p. 212).

Para as psr, estar na cidade não significa usufruir da urbanidade, ao contrário, para elas o direito à cidade lhes foi negado seja no acesso seja ao direito à moradia, à dignidade humana ou aos serviços ofertados. À psr é socialmente tolerado o acesso a equipamentos públicos direcionados para este segmento, (Centro Pop, Abordagem Social, abrigos) porém pesquisas feitas em diversos municípios brasileiros entre 2015 e 2019 – com destaque para o Relatório Final da Pesquisa Pop Rua (Rocha, 2019), demonstram que é comum a expulsão dessas pessoas de áreas de uso público, ilustrando a condição que Foucault (2002) classificou como indesejáveis urbanos. Este segmento da população é privado de conforto, lazer, cultura, mobilidade e trava batalhas diárias por sua sobrevivência.

Essa realidade ocorre na cidade de Londrina, localizada no Norte do Paraná, que frente a pandemia passou a apresentar mais de 3000 pessoas em situação de rua, segundo dados do Diagnóstico Socio-territorial da Secretaria da Assistência Social do Município de Londrina. A população de rua é recoberta por uma "capa" de invisibilidade que esconde sua humanidade e as reveste como sujidade urbana, frequentemente submetidas a ações higienistas no território. Esta invisibilidade social acontece em camadas desde as necessidades fisiológicas de alimentação, sono, higiene pessoal, até o acesso a serviços não assistencialistas como cultura, lazer, esportes, sistema bancário. Estigmatizadas pela miséria e impedidas de participarem da cidade (Rocha et al, 2019), a psr "inventa" a própria cidade: a cidade invisível, composta por um conjunto de estratégias de sobrevivência, invisibilizada pela miséria e negligência do poder público. Sem acesso à urbanidade, moldando uma forma distinta de cidade, invisível aos olhos sociais, políticos e do fluxo de capital, essa invisibilidade exclui nos cálculos populacionais, uma vez que a metodologia censitária computa pessoas por domicílio, ou seja, quem não possui domicílio "não conta". A "capa de invisibilidade" também exclui a população em situação de rua do reconhecimento como cidadãos comuns e a condena à marginalidade (Toninato et al, 2011)

Essas pessoas circulam pelas cidades como fantasmas, sem serem vistas, menos humanas, não-cidadãos, sem direito de existir, não se encaixam no padrão socioeconômico "aceitável". Frequentemente são submetidas a ações públicas de caráter higienistas, irrompem os locais de concentração da psr, confiscam seus pertences e pressionam as pessoas a evacuarem o local. A mídia desempenha papel fundamental nesse processo de expulsão dessa população, intensificando em seus canais com manchetes e notícias que vinculam a imagem da psr a criminalidade, sujidades e vetores de doenças.

2. Objetivos

Cartografar a cidade de Londrina vivida pela por um grupo de pessoas em situação de rua a partir de suas estratégias individuais e coletivas para sobrevivência, buscando identificar as distorções de leitura do espaço para adequação às necessidades de subsistência que deveriam ocorrer no ambiente particular, em específico a porção do entorno da Praça Dom Pedro II e alto da Avenida Maringá em Londrina/PR.

3. Hipóteses

A população de rua desenvolve estratégias próprias para atender suas demandas mínimas de sobrevivência produzindo uma cidade invisível sobreposta à cidade formal, da qual pouco se tem conhecimento e, conseqüentemente, é ignorada nos processos de planejamento urbano.

4. Metodologia

Essa pesquisa, por envolver reflexões sobre a População em Situação de Rua, foi realizada a partir de uma abordagem qualitativa. Portanto, a atenção das pesquisadoras não esteve única e exclusivamente nos dados pelos dados, mas sim nos aspectos da realidade não quantificáveis, com foco na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais. Tendo por base Minayo (2001), entende-se que a pesquisa qualitativa tem o olhar direcionado para um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. Segundo Richardson (1999), as pesquisas com abordagem qualitativas têm o potencial de descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, assim como compreender e classificar processos dinâmicos vivenciados por grupos sociais.

Assim, optou-se pela metodologia de pesquisa-ação, na qual a base empírica é concebida e realizada em estreita associação com a busca de resolução de um problema coletivo, sendo os pesquisadores e colaboradores que vivenciam o problema envolvidos de modo cooperativo ou participativo (Thiollent, 1997). Assim, essa pesquisa envolvendo população em situação de rua na cidade de Londrina/PR, foi desenvolvida por meio de aproximações sucessivas e sínteses, com abordagem colaborativa.

Foram utilizados procedimentos de levantamentos de informações secundárias e primárias. Foi realizado levantamento bibliográfico sobre a temática junto a produções científicas, em sites oficiais e documentos. As informações primárias foram levantadas a partir de trabalhos de campo. As técnicas utilizadas foram a observação simples (Gil, 2012) realizada em diferentes momentos e dias da semana e entrevista semiestruturada (Gil, 2012) junto aos sujeitos que formam o grupo de psr que tem ocupado as porções nas proximidades da praça Dom Pedro I e alto da Avenida Maringá em Londrina, no bairro Jardim Shangri-lá e Dom Bosco em Londrina/PR. Os participantes foram convidados a participar da entrevista e, de um universo de aproximadamente 30 pessoas, somente 17 aceitaram. Desta forma a nossa amostra pode ser caracterizada como do tipo não probabilístico.

As entrevistas ocorreram ao longo de 1 ano, com abordagens semanais (devido à não regularidade de comportamento das psr), com encontros espontâneos em derivas pela área de estudo). Inicialmente apresentamos a pesquisa e na sequência perguntamos ao entrevistado, o nome, data de nascimento, tempo de trajetória de rua e como Londrina poderia ser mais acolhedora para ele. Em abordagens subsequentes e a formação de vínculo entre pesquisador e entrevistado, perguntas a respeito dos processos vividos na rua foram incluídos nas entrevistas e desta forma foi possível acompanhar as narrativas traçadas no espaço. As abordagens duravam cerca de 10 a 15 minutos, a depender da disponibilidade do sujeito.

5. Resultados

Na história recente de Londrina há duas situações bastante representativas do processo higienista urbano que vitimou dezenas de pessoas em situação de rua. O primeiro, em 2019, com o confisco de pertences e fechamento com grades de vãos livres na rodoviária. Com o aval do Ministério Público, a Prefeitura expulsou dezenas de pessoas que dormiam no acesso secundário da rodoviária. A edificação é um imóvel tombado de autoria do arquiteto Oscar Niemeyer. Mobilizações e protestos da sociedade civil organizada conseguiram reverter a ação e remover as grades instaladas inapropriadamente do local, entretanto com o reforço da vigilância, não mais pôde ser ocupado por psr.

Outro caso que destacamos, e aqui apresentamos nosso objeto de pesquisa, é a praça Dom Pedro I. Situada em uma porção estratégica da cidade por apresentar forte presença de estabelecimentos comerciais e residenciais no seu entorno, de acesso facilitado tanto ao centro quanto à saída da cidade e, portanto, alto

fluxo de veículos, fatores que viabilizam não apenas a mendicância, mas também ações voluntárias da sociedade de doações em geral. O local esteve ocupado por psr por cerca de 15 anos com alta taxa de rotatividade e frequentes ações de apreensão ilegal de pertences por parte do poder público como forma de expulsão dessas pessoas do local.

Em novembro de 2021, a apresentação do projeto de lei intitulado “Lei antivadiagem”¹ impactou o local e por cerca de um mês a população na praça passou por um esvaziamento e onde antes cerca de 20 pessoas habitavam, apenas 4 se mantiveram. Em janeiro de 2022, a quantidade de psr na praça já voltou ao volume habitual de duas dezenas de pessoas (Levantamentos de campo, 2021 e 2022).

Na primeira semana de fevereiro de 2022, outra estratégia de “limpeza urbana” já estava em curso. As equipes de abordagem foram instruídas a informar para a população do local que a praça passaria por reformas e todos teriam que desocupar o espaço. Ao longo de 5 semanas, funcionários da secretaria municipal de obras e da empresa contratada pela prefeitura passaram sistematicamente comunicando que na semana seguinte os tratores removeriam todos os pertences que estivessem na praça. Essa narrativa do poder público traz de forma explícita a ideia de indesejáveis (Focault, 2002) ao mesmo tempo que reforça para os sujeitos em situação de rua o não reconhecimento dos mesmos como cidadãos comuns (Toninato *et al*, 2011).

No dia 24 de janeiro de 2022 recebemos o primeiro relato de ameaças a esse respeito, dizendo que na semana seguinte (dia 01 de fevereiro) as obras iriam começar e era necessária a desocupação. No dia 07 de fevereiro, entramos em contato com a Secretaria de Obras Públicas do Município de Londrina para obter informações a respeito das obras, porém só obtivemos informações junto ao setor de Orçamentos e que o processo de licitação ainda estava em andamento, sem data para início dos serviços.

No dia 4 de março a obra ainda não havia sido iniciada e os relatos da população ocupante era que a empresa contratada já passara na praça conversando com todos e prometeram contratar prioritariamente quem “morava” na praça e que iriam “dar casa” para todos que estavam ali, que ninguém ficaria sem ter onde morar. Duas semanas após as obras foram iniciadas. Nenhum psr da praça foi contratado, ou seja, o próprio poder público reforça a ideia de que o único lugar que lhes cabe é estar à margem, reforçando o estigma e a marginalidade (Toninato *et al*, 2011)

Recortando o período temporal de março de 2021 a março de 2022, podemos identificar 3 formas de ocupação distintas da Praça D. Pedro I (Figura 1 Espacialização dos deslocamentos no entorno da praça D. Pedro I em Londrina, 2021 e 2022). A primeira de março/21 a setembro/2021, quando ocorreu uma intensa ocupação, com grandes acúmulos de pertences, porém desordenados e com núcleos dispersos no espaço (fig. 2).

¹ A lei Antivadiagem foi submetida à aprovação da Câmara Municipal de Londrina em 16 de novembro de 2021 e encaminhada para sanção do executivo. Uma moção de repúdio foi apresentada, subscrita por 26 organizações da sociedade civil, endossada pelo Ministério Público e pela Secretaria de Assistência Social. Até o momento não há nenhuma decisão a respeito.

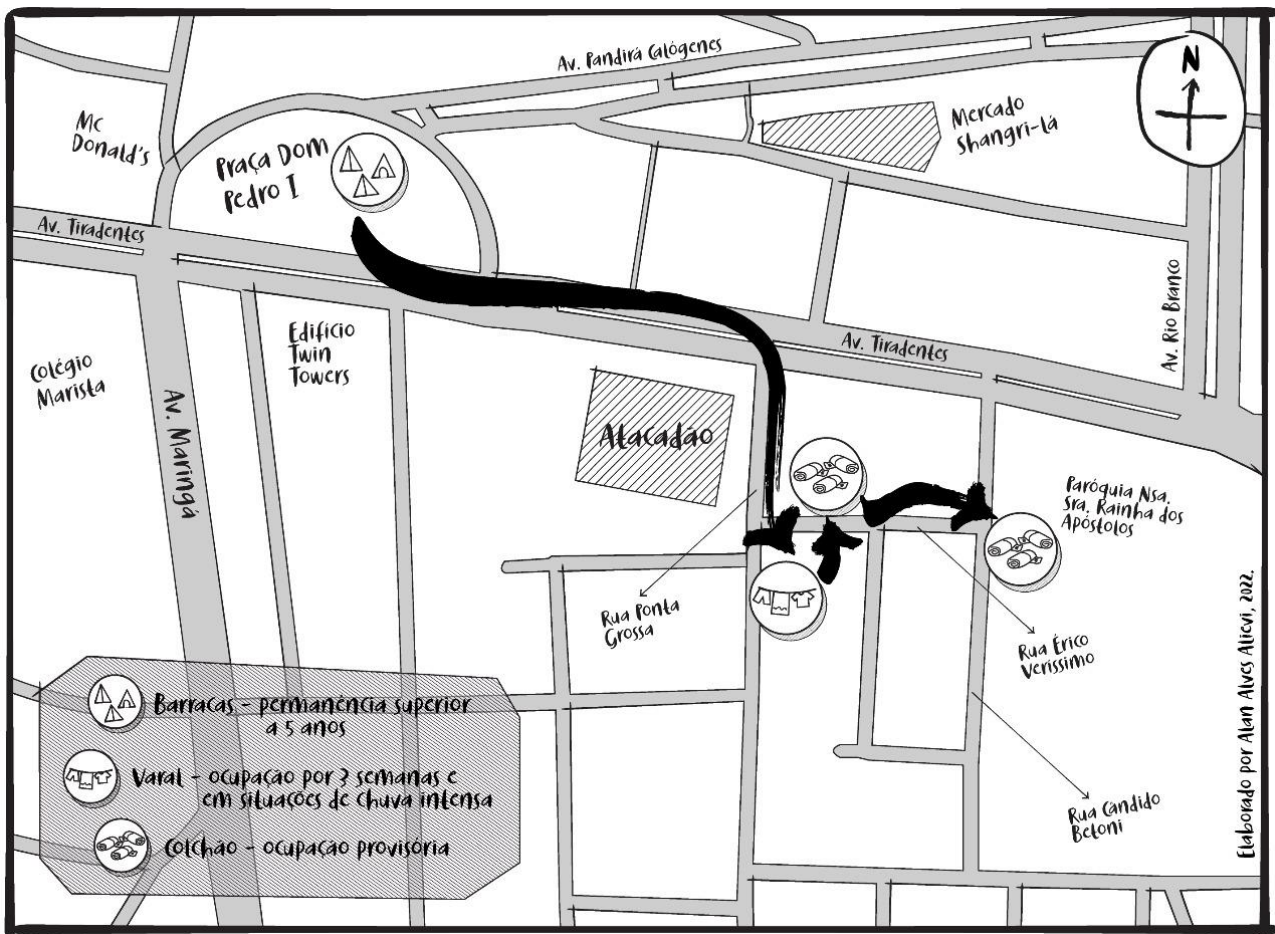


Figura 1 Espacialização dos deslocamentos no entorno da praça D. Pedro I em Londrina, 2021 e 2022. Fonte: Levantamentos de campo, 2021 e 2022.



Fig. 1: Ocupação da Praça D. Pedro I em outubro de 2021. Fonte: Acervo da pesquisa, 2021

A segunda de setembro/2021 a fevereiro/2022 com características espaciais de disposição em semicírculo de barracas de camping e barracos improvisados com tecidos e papelão, setorização da praça em locais de cozinha, lavanderia, convivência e cena de uso. Este processo de ordenação e dispersão acontece

ciclicamente na praça por décadas, conforme a rotatividade das pessoas ocupantes, embora haja um grupo fixo que passa temporadas no espaço por mais de 10 anos. A partir de março de 2022 a praça é esvaziada e foram iniciadas as obras de revitalização.



Fig. 2: Ocupação da Praça D. Pedro I em janeiro 2022 Fonte: Acervo da pesquisa, 2022

Nos dois períodos iniciais de nosso recorte, observamos um processo relativamente contínuo, ainda que por vezes intermitente, de auto-organização da população da praça. Existem determinadas pessoas que relatam estar na praça por cerca de 13 a 16 anos, ainda que não de forma contínua, conhecidos como “donos da praça”. Há também um grande fluxo de pessoas em situação de rua, chamadas no cotidiano de “trecheiros”, que apresentam comportamento semelhante ao nômade e se estabelecem no local por períodos curtos que variam entre poucos dias a 4 ou 5 meses. Os donos se fixavam sempre nos mesmos espaços enquanto os trecheiros encontravam outras áreas para se estabelecerem. Há também os visitantes, que são psr que ocupam outros locais nas proximidades, mas iam até a praça para confraternizações e encontros diversos. Os locais fixos eram 3: o cimentado da M. e do J.C., o arbusto próximo à Rua Gustavo Barroso e outro canto onde se fazia cena de uso.

A forma do lugar se transformava conforme os diferentes grupos trecheiros se instalavam. Em meados de março de 2021, a praça recebeu um casal de Argentina e colombiano, denominados aqui nessa pesquisa de casal M&A, que montaram sua barraca de camping, criando mais um ponto focal na praça e agregando viés circense à ocupação, com manguieio através de práticas circenses no local. Frequentemente era possível visualizar os treinos de tarde na praça. Em agosto outro casal E&V somou-se à praça, despejados de sua residência nas zona norte de Londrina, como estratégia de sobrevivência, montaram mais uma barraca de camping ao lado da de E&V, iniciando a estrutura de disposição das soluções habitacionais em semicírculo remetendo a tribos indígenas, inclusive com a prática de acender fogueira no centro da roda.

Em novembro de 2021 a trecheira denominada apenas como L nessa pesquisa, passou 15 dias na praça e agregou à estrutura tapetes, colchões, caixas e um carrinho de compras que compôs outro ambiente na praça que eles chamavam de “sala de visitas”. Quando estivemos no local para entrevistá-la, nos foi oferecido banquinho e a sensação era de estarmos de fato na casa de alguém. Ao deixar a praça, a L deixou para trás toda a estrutura que montou e permaneceu por algumas semanas, até que foi desfigurada e o espaço remodelado por aqueles que permaneceram na praça.

Ainda no mês de novembro de 2021 o casal estrangeiro, sentindo-se ameaçado pela Lei Antivadiagem que rondava a Câmara de Vereadores de Londrina, juntou-se a outros dois ocupantes da praça e alugaram uma casa no Jardim Bandeirantes, deixando de contribuição para a praça sua barraca de Camping, mantendo a estrutura circular de ocupação. O medo desse projeto de lei reduziu a população da praça a 4 pessoas por cerca de 4 ou 5 semanas.

Após as festas de final de ano em 2021, em janeiro de 2022 a praça já estava novamente ocupada como moradia, lazer, cena de uso e recebimento de doações por aproximadamente 15 a 20 pessoas. É importante destacar que o poder legislativo, na figura de um vereador, ao propor essa lei evidenciou como o Estado por meio de leis tem atuado como agente na produção (Corrêa, 1989) de uma cidade segregada e de invisibilização da população de rua em Londrina.

Com o início das obras, na segunda semana de março de 2022 a praça foi completamente desocupada e a primeira ação da empresa responsável foi criar grandes movimentações de terra de forma a dificultar a qualquer tipo de permanência na praça.



Fig. 3: Início das obras na Praça D. Pedro I em março de 2022 com terras deslocadas e acúmulo dos resíduos (terras e objetos daqueles que ali viviam), 2022 Fonte: Acervo da pesquisa, 2022

A população em situação de rua, despejada da praça, deslocou-se para a marquise de um estabelecimento comercial cerca de 350m da praça, na esquina entre as ruas Ponta Grossa e Érico Veríssimo (figura 1). A edificação ocupada apresenta uma área de varanda coberta, sem grades, com piso cerâmico em bom estado de conservação (figura 5). No local funcionava um bar que estava fechado desde novembro de 2021, após ter sofrido com um assalto à mão armada que fez os proprietários e clientes vítimas de violência não fatal.

Cerca de 10 pessoas se estabeleceram na marquise, dispendo seus colchões e colchonetes enfileirados um ao lado do outro, como em dormitório e na extremidade da fachada junto à Rua Ponta Grossa, um varal de roupas foi improvisado.



Fig. 4: Ocupação da marquise entre as ruas Ponta Grossa e Érico Veríssimo em março de 2022 Fonte: Acervo da pesquisa, 2022

Entre a ocupação da varanda e a reabertura do bar passaram-se 10 dias. Novamente essa população foi aparentemente despejada, que desta vez migrou para a apertada calçada da Rua Érico Veríssimo a 50m de distância do bar (figura 6). Em entrevista com a nova arrendatária do bar, ela relatou que eles não deixaram permanentemente o local, mas que após o fechamento do bar eles sistematicamente retornam para a varanda. Contou ainda que por deixarem o espaço limpo e organizado (figura 7), ela não se opunha a isso.

Embora o Estado, o mercado e sociedade, não em sua totalidade, insistam em colocar a população de rua na condição de não cidadãos, contraditoriamente esta população ganha visibilidade quando recorre ao exercício dos seus direitos de cidadãos, buscando acesso às políticas públicas e acesso aos espaços públicos. No entanto, o poder público, ao tomar providências para atender as demandas deste segmento, no mesmo movimento, procura mantê-lo na invisibilidade, através de serviços de caráter pontual, emergencial e descontinuo. É a forma invertida e perversa de tolerar a presença e a ocupação dos espaços públicos da cidade.

Em destaque na figura 6 a disposição dos colchonetes e das pessoas em situação de rua no decorrer do dia na rua Érico Veríssimo. E na figura 7 chama-se a atenção para a área que os moradores em situação de rua ocuparam durante a noite e como eles deixavam assim que o dia amanhecia.



Fig. 5: Pertences na calçada da rua Érico Veríssimo em abril de 2022 Fonte: Acervo da pesquisa, 2022



Fig. 6: Ocupação rua Érico Veríssimo em abril de 2022 com o bar reaberto em primeiro plano. Fonte: Acervo da pesquisa, 2022

6 Considerações Finais

Através dos movimentos registrados pela pesquisa, é possível observar que a instabilidade e debilidade são constantes na realidade vivida por estas pessoas. Onde tecnicamente há praça, para a psr é uma espécie de “condomínio”, com espaços (extremamente precário) de “moradia”, lazer e encontros. Mesmo sendo estas pessoas não-domiciliadas, são frequentemente despejados e submetidos aos projetos higienistas que moldam a cidade de forma a atender classes sociais que possam pagar por ela. A psr não possui qualquer direito à cidade, reiteradamente é associada a sujidades e tampouco as políticas de assistência suprem de maneira satisfatória as demandas desta parcela da sociedade. Destarte, havendo claramente uma porção da sociedade vivendo absolutamente desabrigada, valendo-se dos espaços públicos para suprimento das demandas íntimas, apontamos a necessidade de aprofundar a investigação sobre como se desenha a cidade vivida por quem não está domiciliado. A condição de risco e vulnerabilidade social é ainda mais agravada frente a fragilidades de vínculos familiares e pela violência urbana em que estão submetidos, o que não tem auxiliado na superação dos problemas em que esta população de rua está envolvida. A falta de percepção dos setores públicos, responsáveis pela implementação de políticas públicas, não tem levado em consideração as diferentes necessidades e demandas desta população. Tem aqueles que querem sair da rua, aqueles que optaram pela rua, aqueles que são “trecheiros”. São projetos sociais públicos que precisam ser pensados e implementados de modo a respeitar as particularidades do conjunto deste segmento. Ao formular as políticas públicas cabe ao poder público considerar a situação especial em que elas vivem, contemplando em seus projetos recursos financeiros e mecanismo de acompanhamento para a efetivação dos serviços de qualidade, realizados por profissionais com domínio e conhecimento, no sentido de subsidiar os gestores na tomada de decisão e obtenção de resultados que garantam os direitos para o pleno desenvolvimento na condição de cidadãos. Caso contrário esta proposta fadada ao fracasso. Isto significa que se faz urgente um projeto político capaz de dar visibilidade e reconhecimento da existência desta população, por meio de ações inclusivas, rompendo com as práticas discriminatórias e punitivas, sempre associada à ideia de criminalizar as ações da população de rua. Nesta perspectiva, o papel da mídia torna-se fundamental para influir na construção do imaginário coletivo da sociedade uma percepção qualificada sobre a população de rua.

Referências

- Corrêa, R. L. (1989). *O espaço urbano*. São Paulo: Ática.
- Carlos, A. F. A. (2001). *Espaço-Tempo na Metrópole*. São Paulo: Contexto.
- Corrêa, R. L. (1995). Espaço um conceito-chave na geografia. In: Castro, Iná Elias de; Gomes, Paulo Cesar da Costa; Corrêa, Roberto L. *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Foucault, M. (2002). *Vigiar e punir: História da violência nas prisões*. São Paulo: Ática.
- Gohn, M. da G. (2008). *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Ed. Loyola, 2008.
- Marx, K. (1989). *O capital: crítica da economia política*. Tradução Reginaldo Sant'Anna. 13. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Gil, A. C. (2012). *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. 6. ed. São Paulo. Editora Atlas S.A.
- Lencioni, S. (2008). Observações sobre o conceito de cidade e urbano. *GEOUSP Espaço e Tempo (Online)*, [S. l.], v. 12, n. 1, p. 109-123.
- Minayo, M. C. S. (Org.). (2001). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes.

Natalino, M. (2020). *Nota Técnica n. 72: Estimativa da população em situação de rua no Brasil (setembro de 2012 a março de 2020)*. Diretoria de Estudos e Políticas Sociais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada/IPEA. Brasília. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10074/1/NT_73_Disoc_Estimativa%20da%20populacao%20em%20situacao%20de%20rua%20no%20Brasil.pdf. Acessado em: 02/02/2022.

Richardson, R. J. (1999). *Pesquisa social: métodos e técnicas*. São Paulo: Atlas.

Thiollent, M. (1997). *Pesquisa-Ação nas Organizações*. São Paulo: Atlas.

Toninato, S. G.; CANIATO, Ângela M. P. (2011). Um olhar sobre a população de rua e o preconceito. *Anais [...] XVI Encontro Nacional ABRAPSO*. Recife, 2011.

Rocha, M. A. ; MIANI, R. A. ; LANZA, F. ; DUARTE, A. H. C. (2019). Relatório Final da Pesquisa Pop Rua de Londrina. In: Seminário Temático Práxis Itinerante 2019, Londrina. *Anais [...] LERR*. Londrina, p. 01-133.

Santos, M. (1997). *A natureza do espaço – Técnica e tempo. Razão e emoção*. São Paulo: Hucitec.